

STJ00113657

FRANCISCO GALLI
FREDERICO FAVACHO
MARCOS HOKUMURA REIS

ORGANIZADORES

GESTÃO DE CONFLITOS DO AGRONEGÓCIO

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Gestão de conflitos do agronegócio.
Organizadores: Francisco Galli,
Frederico Favacho, Marcos Hokumura
Reis. – Londrina, PR: Thoth, 2021.
377 p.
Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-5959-157-2

1. Direito Civil. 2. Agronegócio. 3.
Arbitragem. I. Galli, Francisco. II.
Favacho, Frederico. III. Reis, Marcos
Hokumura.

CDD 342.1

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os organizadores.

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Civil : 342.1

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
PREFÁCIO I.....	17
PREFÁCIO II.....	19

CAPÍTULO 1

Frederico Singarajah, Fciarb

Manuela Helen Andrade do Nascimento

LONDRES - O EPICENTRO MUNDIAL DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE AGRONEGÓCIOS.....	31
Introdução	31
1 Origens.....	34
2 Seguros.....	39
3 Associações Mercantis.....	41
4 BIMCO.....	42
5 Baltic Exchange.....	43
6 LMAA.....	44
7 GAFTA e FOSFA.....	45
8 Estatísticas	46
Conclusão	48

CAPÍTULO 2

Luis Fernando Guerrero

SEDE DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL: O PRODUTOR, A TRADING E O COMPRADOR.....	51
Introdução	51
1 Uma configuração contratual	52
2 Arbitragem doméstica: a “sede” e a eleição de foro para medidas de apoio.....	57

3 Arbitragem internacional: a sede como instituto preponderante para a definição do processo.....	59
Conclusão	62

CAPÍTULO 3

Ricardo Tomczyk

GESTÃO DE CONFLITOS SOB O PRISMA DOS EFEITOS DO DESMATAMENTO ILEGAL NA PECUÁRIA DE CORTE MATO-GROSSENSE – UM ESTUDO DA PARCERIA ENTRE IMAC E MPF

Introdução	63
1 A contextualização do caso em análise	64
2 O TAC da carne legal e seu protocolo.....	65
3 A iniciativa do IMAC e do MPF para gerenciar o conflito e o desenvolvimento da possível solução.....	67
4 A possibilidade de se adotar a iniciativa para a cadeia de grãos.....	72

CAPÍTULO 4

Camila Biral Vieira da Cunha Martins

Tatiana Tiberio Luz

A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NAS AÇÕES JUDICIAIS DE AGRONEGÓCIO

Introdução	75
1 Requisitos para a aplicação do Código de defesa do Consumidor em um processo judicial.....	77
1.1 A Inversão do ônus da prova à luz do Código de Defesa do Consumidor..	82
2 A inversão do ônus da prova à luz do Código de Processo Civil.....	88
Conclusão	90

CAPÍTULO 5

José Afonso Leirião Filho

Carlos Galuban Neto

A LEI N° 13.986/2020 E A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS PARA ESTRANGEIROS: UMA BOA NOTÍCIA PARA O FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO E O FIM DAS CONTROVÉRSIAS JUDICIAIS.....

Introdução	93
------------------	----

1 A Lei nº 5.709/1971 e a Constituição Federal de 1988: 3 décadas de polêmicas e debates.....	94
2 A teleologia da Lei nº 5.709/1971 e a impossibilidade de sua aplicação à alienação fiduciária de imóveis rurais	97
3 A Lei nº 13.986/2020: o fim da insegurança jurídica dos credores fiduciários?.....	101
4 A Lei nº 13.986/2020: uma boa notícia também aos devedores fiduciários?.....	103
Conclusão	105

CAPÍTULO 6

Reinaldo Pettengill Filho

Asdrubal Nascimento Lima Júnior

AS CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS HÍBRIDAS	107
Introdução	107
1 A importância dos métodos adequados para resolução e gestão de conflitos no agronegócio	108
2 A mediação e a arbitragem: aspectos gerais	111
3 As cláusulas compromissórias.....	112
4 O negócio jurídico processual: definindo as regras do jogo.....	114
5 As cláusulas compromissórias híbridas.....	116
5.1 A diferença entre cláusula escalonada e cláusula híbrida.....	116
5.2 Cooperação do Poder Judiciário em harmonia com os procedimentos extrajudiciais.....	118
5.3 Cuidados relevantes para definir a escolha pela Cláusula Compromissória Híbrida	121

CAPÍTULO 7

Christiana Beyrodt Cardoso

DESENHO DE SISTEMAS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE DISPUTAS PARA O AGRONEGÓCIO.....	125
1 Desenho de sistemas de prevenção e solução de disputas (DSD) para o agronegócio.....	125
2 Alguns métodos adequados de resolução de conflitos à disposição para o setor de agronegócios	131
2.1 Negociação	131
2.2 Conciliação.....	131
2.3 <i>Dispute Resolution Board</i>	132

2.4 Mediação	133
2.1.1 A Convenção de Singapura sobre Termos de Acordos Internacionais Resultantes da Mediação e sua importância para o Agronegócio.....	134
2.1.2 Principais propósitos da Convenção de Singapura.....	136
2.1.3 Principais benefícios da Convenção de Mediação de Singapura.....	137
2.5 Arbitragem.....	138
Conclusão	140

CAPÍTULO 8

Ana Paula Camilo

Elias Marques de Medeiros Neto

A NECESSIDADE DA APLICAÇÃO DA TÉCNICA PREVISTA NO ART. 942, DO CPC/15, NA JUSTIÇA DO TRABALHO	141
Introdução	141
1 Princípios Constitucionais e Processuais.....	142
2 O intuito do Legislador na criação do Código de Processo Civil de 2015 no que se relaciona ao atendimento dos princípios processuais e constitucionais....	148
3 Relação entre o CPC e CLT.....	149
4 Alcance e objetivos da técnica de julgamento prevista no artigo 942, do CPC.....	152
5 A Aplicação do art. 942, do CPC no Processo do Trabalho.....	154
Conclusão	158

CAPÍTULO 9

Luiz Virgílio P. Penteadó Manente

Luciana Bazan Martins Bisetti

ARBITRAGEM COMO MEIO ADEQUADO PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AGRONEGÓCIO	161
Introdução	161
1 “Caso da Soja Verde”: exemplo de precedentes do poder judiciário com impactos negativos para o setor do agronegócio	163
2 Vantagens da arbitragem	166
2.1 Celeridade.....	167
2.2 Confidencialidade	168
2.3 Técnica do árbitro	169
2.4 Flexibilidade do procedimento.....	170
3 Custo da arbitragem	172

Conclusão	173
-----------------	-----

CAPÍTULO 10

Napoleão Casado Filho

João Victor Porto Jarske

OS LIMITES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTROLE DE PREÇOS DO AGRONEGÓCIO.....	175
Introdução	175
1 As múltiplas razões para o aumento dos preços dos produtos agrícolas..	178
2 Implicações do aumento dos preços dos alimentos – e o conflito com o interesse público	182
3 A constitucionalidade do tabelamento dos preços – e as restrições para a administração pública.....	186
Conclusão	191

CAPÍTULO 11

Leticia de Souza Baddaury

ARBITRAGEM INTERNACIONAL NOS CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES: ENTENDENDO E REFLETINDO SOBRE A ARBITRAGEM SETORIAL DA GRAIN AND FEED TRADE ASSOCIATION - GAFTA.....	193
1 Arbitragem no agro: vantagens	193
2 Commodities agrícolas	195
3 Grain and Feed Trade Association – GAFTA: contratos e arbitragem.....	197
4 Reflexões finais: uma outra arbitragem de commodities?.....	204

CAPÍTULO 12

Fernanda Rocha Lourenço Levy

O PAPEL DA ADVOCACIA NA GESTÃO DE CONFLITOS NO AGRONEGÓCIO.....	207
1 O agronegócio: seus conflitos e o sistema multiportas de gestão	207
2 Da advocacia clássica à contemporânea	209
3 O papel da advocacia na gestão de conflitos no agronegócio: advocacia de botas e a importância da interiorização regional na gestão dos conflitos.....	215

CAPÍTULO 13**Frederico Favacho**

CONSELHO DE ÉTICA DO ALGODÃO - UMA INICIATIVA DE SUCESSO	217
Introdução	217
1 Histórico.....	218
2 Funcionamento.....	222
3 Ambiente legal.....	224
Conclusão	226

CAPÍTULO 14**Thiago Marinho Nunes, FCIArb**

A NOVA LEI DO AGRONEGÓCIO, RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E O USO DA ARBITRAGEM COMERCIAL.....	227
Introdução	227
1 A Nova Lei do Agro e seus principais destaques.....	229
2 O uso da arbitragem comercial para a resolução de litígios advindos da Nova Lei do Agro	231
2.1 Da possibilidade de inserção de cláusulas compromissórias em títulos de financiamento privado do agronegócio	232
2.2 Manejo dos embargos à execução pela via arbitral.....	235
Conclusão	239

CAPÍTULO 15**Paulo Antonio Rodrigues Martins****Karina Testa**

A MEDIAÇÃO ONLINE COMO PROPOSTA DE GESTÃO EFICAZ DE CONFLITOS AGROEMPRESARIAIS	241
Introdução	241
1 Considerações gerais sobre a mediação de conflitos	243
1.1 Prolegômenos.....	243
1.2 A mediação no ordenamento jurídico brasileiro.....	244
1.2.1. Resolução nº 125/2010 do CNJ.....	244
1.2.2 Código de Processo Civil de 2015.....	245
1.2.3 Lei da Mediação.....	245
2 A Mediação no contexto agroempresarial.....	246
2.1 Conflitos empresariais relacionados ao agronegócio	246

2.2 A mediação empresarial e agroempresarial.....	248
2.2.1 Mediação entre empresas ou interempresarial.....	250
2.2.2 Mediação nas relações de consumo.....	251
2.2.3 A mediação interna ou intraorganizacional.....	252
2.2.5 Mediação trabalhista.....	253
3 Mediação online como proposta de gestão eficaz de conflitos no contexto empresarial e agroindustrial	254
3.1 Origem da solução de conflitos no ambiente virtual	254
3.2 Mediação <i>online</i> no Brasil	255
3.3 A mediação <i>online</i> no conflito empresarial e relacionado ao agronegócio.....	256
Considerações finais.....	259

CAPÍTULO 16

Cláudio Finkelstein

Camila Macedo Simão

A EFICÁCIA DA CISG PARA SOLUCIONAR DISPUTAS ENVOLVENDO O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE COMMODITIES.....

Introdução	261
1 Características específicas do mercado internacional de <i>commodities</i>	264
2 Âmbito de aplicação da CISG.....	267
3 A Eficácia da CISG para solucionar controvérsias envolvendo Contratos de Compra e Venda internacional de Commodities.....	269
3.1 A prática de exclusão da CISG nos contratos de commodities	269
3.2 O baixo número de decisões utilizando a CISG e a dificuldade na sua aplicação uniforme.....	271
3.3 A flexibilidade da CISG.....	271
3.4 Direito de declarar o contrato rescindido.....	272
Conclusão	274

CAPÍTULO 17

Livia de Castro Barbosa

Ana Paula Cabral Barbosa Andrade

A UTILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DO AGRONEGÓCIO FRENTE A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....

Introdução	275
------------------	-----

1 Pontos centrais da análise econômica do direito	277
2 Dos benefícios da utilização da arbitragem	280
Considerações finais.....	284

CAPÍTULO 18

Eliana Baraldi

Paula Akemi Taba Vaz

DERIVATIVOS: SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS POR ARBITRAGEM À LUZ DA NOVA LEI DO AGRONEGÓCIO	285
1 Contexto e importância do tema	285
2 Operações com derivativos no Brasil. Lições com a crise do Subprime em 2008	287
3 Âmbito internacional e a recomendação ISDA para a adoção da arbitragem.....	297
Considerações Finais.....	300

CAPÍTULO 19

Marcos Hokumura Reis

Sidney Pereira de Souza Júnior

CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO (CRA), MERCADO DE CAPITAIS E A ARBITRAGEM	301
Introdução	301
1 Investimento Privado no Agronegócio e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	302
2 A Nova Lei do Agro e a Emissão de CRA em Moeda Estrangeira: melhor acesso ao mercado para os investidores estrangeiros	308
3 A Arbitragem como método adequado à resolução de conflitos envolvendo operações estruturadas com players internacionais.....	310
Conclusão	313

CAPÍTULO 20

Renato Stephan Grion

Thiago Del Pozzo Zanelato

Guilherme Fonseca Schaffer

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS RELACIONADAS AO SETOR DE COMMODITIES AGRÍCOLAS NO	
--	--

BRASIL	315
Introdução	316
1 O uso da arbitragem no setor de commodities agrícolas.....	317
1.1 O mercado das commodities agrícolas.....	317
1.2 A resolução de disputas no setor de commodities agrícolas.....	319
1.3 Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil.....	322
2 Possíveis controvérsias na homologação de sentenças arbitrais estrangeiras no setor de commodities agrícolas no brasil.....	326
2.1 Sentenças arbitrais sem fundamentação.....	326
2.2 Restrições à representação por advogados em determinados atos processuais.....	328
2.3 Tribunais arbitrais em número par.....	330
2.4 Cláusulas compromissórias sem assinatura.....	332
Conclusão	333

CAPÍTULO 21

Francisco Luís Hipólito Galli

A ARBITRAGEM DE QUALIDADE ICA: A RELAÇÃO ENTRE SUA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO E OS CUSTOS DE TRANSAÇÃO	335
Introdução	335
1 O sistema legal privado do comércio de algodão: origem e aceitação.....	336
2 A arbitragem de qualidade da ICA e o desafio da homologação da sentença no Brasil	338
3 Custos de transação, contratos, decisões arbitrais e reputação	341
4 A importância da sentença arbitral sem fundamentação	344
Conclusão	347

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	349
--	-----